

## Plenário deve votar logo mudanças no Supersimples. ACM recebe homenagem

O projeto que altera a lei do Supersimples, beneficiando 1,5 milhão de micro e pequenas empresas de todo o país, pode ser votado na próxima semana, segundo Adelmir Santana. Hoje, no reinício dos trabalhos, Renan Calheiros propõe homenagem a Antonio Carlos Magalhães. **Página 3**

### Projetos em pauta



Roosevelt Práio

Suplicy cobra definição de prazo para julgamento de autoridade



Roosevelt Práio

Azeredo concede licença-maternidade maior em situações especiais



Cárla Azecbo

Simon quer a ampliação de punições para menor infrator



Geaddo Vegetti

Expedito retira aposentadoria de parlamentares cassados



Geaddo Vegetti

Serys isenta candidatos mais pobres de taxas em concursos federais

Páginas 7 e 8



Valter Campanato ABr

Pista do aeroporto de Congonhas: Demostenes afirma que visita do ministro Nelson Jobim demonstra "autoridade e discernimento"

## CPI do Apagão Aéreo decide hoje sobre quebra de sigilos

Em sua primeira reunião após o recesso, a CPI do Apagão Aéreo deve analisar hoje nove requerimentos do relator Demostenes Torres pedindo a quebra de sigilos bancário,

fiscal e telefônico de empresários e funcionários da Infraero. Consultores do Senado examinam a possibilidade de demissão do presidente da Anac. **Página 5**

### Conselho de Ética pode analisar processo este mês, diz Quintanilha

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Leomar Quintanilha, afirmou que poderá ser votado este mês o relatório final do processo

contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. O relator Renato Casagrande espera que as investigações sejam concluídas até o dia 15. **Página 4**

### Colombo propõe fim da multa rescisória paga em demissões

Página 7



A partir de 2010, os eleitores brasileiros definirão 18 nomes para representar o país no parlamento do bloco econômico do Cone Sul

## Eleitor escolherá representantes para Parlamento do Mercosul

O eleitor brasileiro terá mais uma responsabilidade quando comparecer às urnas para votar nas eleições de 2010: além de escolher o próximo presidente da República, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais, ele também elegerá diretamente os representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul. Atualmente nove senadores e o mesmo número de deputados compõem a bancada do Brasil no Mercosul. Eles foram indicados no dia 11 de julho, quando o Congresso aprovou o projeto de resolução

que criou formalmente a representação brasileira no órgão.

Integram a bancada brasileira, com mandato até 2010, os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Efraim Morais (DEM-PB), Romeu Tuma (DEM-SP), Marisa Serrano (PSDB-MS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) e os deputados Cezar Schirmer (PMDB-RS), Dr. Rosinha (PT-PR), George Hilton (PP-MG), Max Rosenmann (PMDB-PR),

Cláudio Diaz (PSDB-RS), Geraldo Resende (PPS-MS), Germano Bonow (DEM-RS), Beto Albuquerque (PSB-RS) e José Paulo Tóffano (PV-SP).

Hoje os quatro países membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e a Venezuela (em processo de adesão) têm representações iguais: 18 parlamentares cada, totalizando 72.

Nos dias 5 e 6 de agosto o Parlamento se reunirá novamente em Montevidéu, no Uruguai. Entre os temas em discussão, a aprovação do regimento do órgão.



Sérgio Zambiasi



Pedro Simon



Geraldo Mesquita Júnior



Efraim Morais



Romeu Tuma



Marisa Serrano



Aloizio Mercadante



Cristovam Buarque



Inácio Arruda

## Instituto Legislativo Brasileiro inicia cursos presenciais

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) está com matrículas abertas para diversos cursos presenciais. As aulas têm previsão de início para agosto e setembro, dependendo do fechamento de turmas. O ILB é um centro de capacitação técnico-profissional, e os seus cursos são direcionados para servidores dos poderes legislativos das esferas federal, estadual, municipal e distrital, e de órgãos conveniados. Os cursos são gratuitos.

Para quem quiser expandir seus conhecimentos sobre o processo legislativo, o ILB oferece o curso Processo Legislativo Básico. Consta um breve histórico do Poder Legislativo no mundo e de sua estruturação no Brasil. Será estudada a composição do Senado, sua estrutura política e administrativa, analisando-se também as proposições sobre as quais o Senado deve deliberar. A carga horária é de 30 horas/aula.

Outras opções para os interessados em se aprofundar no funcionamento do Legislativo são

os cursos Noções de Técnicas Legislativas, Pesquisa de Legislação e o Curso Avançado de Processo Legislativo.

Para aqueles que querem dominar melhor os programas de computador, são oferecidos os cursos Word Básico, Excel Básico e Correio Eletrônico/Internet. Cada um tem carga horária estimada em 20 horas/aula e visa apresentar ao aluno as funções básicas de cada programa.

Outra opção para quem quiser expandir seus conhecimentos em informática é o curso Busca na Web, que, além de explicar as particularidades dos principais buscadores da internet – como Google e Yahoo – vai auxiliar os alunos a realizarem pesquisas legislativas na internet.

O ILB fica na Praça dos Três Poderes, na Unidade de Apoio V do Senado. Interessados em se matricular nos cursos podem ligar para o número (61) 3311-3394 ou acessar o site [www.senado.gov.br/ilb](http://www.senado.gov.br/ilb).

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Pauta de votações está trancada por MPs

O Plenário reabre seus trabalhos às 14h com pauta trancada por três projetos de lei de conversão (PLVs) e duas medidas

provisórias (MPs). O primeiro item (PLV 19/07) é proveniente da MP 366/07, que criou o Instituto Chico Mendes.

### CPI do Apagão decide sobre quebra de sigilos

Às 17h, a CPI do Apagão Aéreo examinam os requerimentos. Seis pedem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de

Fernando de Almeida, Márcia Chaves, Mariângela Russo, Michel Farah, Ettore Casoria e da empresa FS3 Comunicação.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Presidente do Senado irá sugerir sessão solene para lembrar Antonio Carlos. Arthur Virgílio deve solicitar voto de pesar pela morte de Júlio Redecker, vítima do acidente com o avião da TAM

## Em homenagem a ACM, Renan vai propor suspensão da sessão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vai apresentar hoje – quando se inicia o segundo período desta sessão legislativa ordinária – requerimento de voto de pesar pela morte do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA). Renan irá pedir também a suspensão da sessão e ainda propor que seja realizada sessão solene para homenagear o senador baiano. O requerimento será submetido ao Plenário.

Antonio Carlos Magalhães morreu no último dia 20, vítima de infecção e problemas renais e cardíacos, no Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas, em São Paulo. Em sua



Renan anuncia que vai solicitar voto de pesar pelo falecimento do senador baiano

trajetória política, Antonio Carlos Magalhães ocupou os cargos de deputado estadual na Bahia, deputado federal por três mandatos,

prefeito de Salvador, governador do estado por três vezes, presidente da Eletrobrás, ministro das Comunicações, senador por outros três mandatos e presidente do Senado em dois períodos.

### Redecker

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também apresentará requerimento de voto de pesar, suspensão da sessão e realização de sessão solene pela morte do deputado Júlio Redecker (PSDB-RS). O deputado estava entre os passageiros do voo da TAM que, no último dia 17, explodiu após chocar-se contra um prédio no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

## Para Mercadante, votação do PAC deve ser prioridade

O Congresso Nacional tem como prioridade concluir neste semestre a votação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), segundo Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o senador, o volume de investimentos do PAC é de mais de R\$ 253 bilhões no período de cinco anos só em energia, “e a crise aeroportuária é apenas a ponta do iceberg do estrangulamento” da logística do país.

Há quatro anos e meio o país exportava, segundo Mercadante, US\$ 60 bilhões, e hoje exporta US\$ 160 bilhões, o que sobrecarregou os portos. O senador destacou ainda que o país conta com 173 mil quilômetros de estradas para serem recuperadas, sendo que só a União tem 60 mil quilômetros sob sua responsabilidade.

– Este é um momento favorável para o Brasil adotar essas medidas, pois as contas externas estão em boas condições, com reservas de US\$ 150 bilhões e superávit comercial superior a US\$ 40 bilhões, apesar do crescimento das importações. O país também tem apresentado bons indicadores econômicos e uma inflação sob controle – acrescentou.



Constam da pauta do Plenário 32 proposições e outros 51 requerimentos. Também as comissões voltam a se reunir nesta semana

## Senado retoma atividades com cinco MPs na pauta

O Congresso retoma hoje os trabalhos legislativos, depois de um recesso de 14 dias. No Senado, constam da pauta do Plenário 32 proposições e outros 51 requerimentos. Entre as matérias estão duas medidas provisórias e três projetos de conversão (PLVs), que devem ser apreciados antes das demais proposições.

Segundo a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, durante o recesso a Secretaria Geral da Mesa (SGM) realizou estudos sobre os projetos que estão na pauta de votação e analisou pareceres.

– Também avançamos no estudo para modernizar as pesquisas legislativas nos bancos de dados da SGM e disponibilizá-los na internet para a sociedade – afirmou.

Segundo Cláudia Lyra, a Secretaria Geral da Mesa foi a responsável, administrativamente, por receber e encaminhar para a

perícia do Ministério da Justiça os documentos que chegaram de vários órgãos durante o recesso relativos ao processo a que o presidente da Casa, Renan Calheiros, responde no Conselho de Ética por suposta quebra de decoro parlamentar.

Como órgão de assessoramento das comissões, a SGM recebeu todas as matérias durante o recesso, entre as quais a indicação de novos ministros para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

### Comissões

Das comissões permanentes da Casa, duas já têm reuniões agendadas para esta semana. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública na quinta-feira, a partir das 9h, para discutir o projeto de lei (PLC 122/06) que tipifica os crimes de discriminação e preconceito em razão de gênero, sexo, orientação

sexual e identidade de gênero.

Outra comissão que tem reunião agendada também para esta quinta, a partir das 10h30, é a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Na pauta, estão 13 proposições, entre as quais projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro (PLS 326/07).

Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujo presidente, Antonio Carlos Magalhães, faleceu em 20 de julho, deve realizar eleições para a escolha do novo titular da pasta. Enquanto não for escolhido o novo presidente, a CCJ ficará sob o comando de seu vice-presidente, Valter Pereira (PMDB-MS).

## Antonio Carlos Júnior tem até 18 de outubro para tomar posse

Antonio Carlos Peixoto Magalhães Júnior, filho e primeiro suplente do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, tem prazo até 18 de setembro, prorrogável por mais 30 dias, para assumir o mandato a que tem direito e que se encerrará no dia 31 de janeiro de 2011.

Segundo o Regimento Interno do Senado Federal, caso ele não venha a tomar posse dentro desse prazo, será considerado como renúncia ao mandato, situação em que deverá ser convocado o segundo suplente, Hélio Correia de Mello.

Nesse caso, o segundo suplente terá, de qualquer forma, somente 30 dias para assumir o cargo.

Com base em informações da Secretaria Geral da Mesa do Senado, basta que o suplente apresente a documentação exigida para o exercício do cargo, entre eles o diploma expedido pela Jus-

tiça Eleitoral, para ter direito ao exercício do cargo.

Antonio Carlos Júnior, como é conhecido politicamente o primeiro suplente do ex-senador baiano, já exerceu o mandato entre junho de 2001 e janeiro de 2003, em razão de seu pai ter renunciado ao mandato.

O senador Antonio Carlos Magalhães, que completaria 80 anos em 4 de setembro, estava internado no Instituto do Coração de São Paulo desde o dia 13 de junho devido a uma insuficiência cardíaca que ocasionou a falência múltipla de órgãos.

Ele foi sepultado no dia 21 de julho, no cemitério Campo Santo, em Salvador, no mausoléu da família, onde também estão os restos mortais de seus filhos Ana Lúcia Magalhães, que morreu em 1986, e Luís Eduardo Magalhães, ex-presidente da Câmara dos Deputados, falecido em 1998.

## Mudanças no Supersimples devem ser votadas na terça

O Senado deve votar na próxima terça-feira, em regime de urgência, projeto que altera dispositivos da lei sobre o Supersimples, a fim de beneficiar 1,5 milhão de micro e pequenas empresas que ficaram de fora da primeira legislação. A informação é de Adelmir Santana (DEM-DF), relator da matéria (PLC 43/07 – complementar) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o senador, já há acordo para a aprovação do projeto.

– Há um compromisso dos senadores para destravar a pauta até o dia 7 para a votação do Supersimples – explicou Adelmir.

A matéria, já aprovada na Câmara e na CAE do Senado, tem de ser sancionada até o próximo dia 15 – prazo limite para que as empresas que estão com tributos atrasados iniciem o pagamento de seus débitos e, assim, fiquem aptas a aderir ao Supersimples.



Adelmir diz que já há acordo para aprovar projeto que beneficia pequenas empresas

Quintanilha estima para o final de agosto a votação do relatório sobre representação do PSOL contra Renan Calheiros e diz que deve definir cronograma com relatores nesta semana

## Processo no Conselho de Ética deverá ser analisado este mês

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), estimou que a votação do relatório final do processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), poderá ocorrer ainda em agosto.

Segundo ele, a Polícia Federal (PF) já tem condições de responder as 30 perguntas formuladas pelo conselho sobre os documentos de compra e venda de gado apresentados por Renan, que se defende de representação do PSOL em que é acusado de ter usado recursos da empreiteira Mendes Júnior para pagar pensão alimentícia a uma filha que tem com a jornalista Mônica Veloso.

Quintanilha explicou que, encerrada a perícia, caberá aos relatores do processo – os senadores Marisa Serrano (PSDB-MS), Renato Casagrande (PSB-ES) e Almeida Lima (PMDB-SE) – abrir prazo para a defesa se manifestar para, em seguida, concluir o relatório.

O presidente do conselho informou que poderá fazer ainda nesta semana uma reunião informal com os três relatores para a definição desse cronograma.

De acordo com Casagrande, as investigações preliminares devem ser concluídas na primeira quinzena de agosto.

– Nós não paramos de trabalhar. Quem vai continuar a trabalhar



Quintanilha (D), ao lado de Casagrande, diz que agilizou envio de documentos à PF

neste início de período legislativo ainda é a comissão de investigação, porque o Conselho de Ética vai se reunir quando concluímos nosso trabalho – afirmou.

### Documentos

Quintanilha afirmou ter passado o recesso parlamentar em Brasília para agilizar a remessa dos documentos à Polícia Federal, que recebeu inclusive informações a respeito das duas empresas envolvidas no caso e que não mais estão em funcionamento – a GF da Silva Costa e a Carnes de Alagoas Ltda. (Carnal) –, representadas pelo contador Roberto Gomes de Souza.

O contador informou que todos os pagamentos das duas empresas eram realizados por meio de cheques, inclusive nas operações

comerciais realizadas com Renan, que é produtor rural.

Também já foram enviados à perícia da Polícia Federal: documentos da Secretaria Estadual da Fazenda de Alagoas; notas fiscais de produtores rurais que teriam comprado gado do senador – José Acácio da Rocha, Maria Waldecir Ricardo da Rocha, Adriana Braga Cavalcanti Duarte e Cristiano Alberto Santos Duarte; guias de transporte animal (GTAs) encaminhadas pela Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas (Adeal); e notas fiscais apresentadas pelo deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão de Renan Calheiros, que também é citado nas denúncias de possíveis irregularidades na venda de gado.

### Renan

Quando à representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar, Demostenes afirmou que é preciso esperar a conclusão da perícia da Polícia Federal nos documentos apresentados por Renan para decidir os próximos passos a serem dados.

de julho, em substituição a Joaquim Roriz, que renunciou ao mandato após ter sido acusado de envolvimento como esquema de corrupção investigado pela Operação Aquarela.

A operação, realizada em conjunto pela Polícia Civil, Receita Federal e pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios, apura desvios de recursos do Banco de Brasília (BRB). Na representação, o PSOL solicita que seja investigada a suposta participação de Gim Argello no mesmo esquema.

Pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar, um senador punido por quebra de decoro

## Investigação sobre Gim depende de decisão da Mesa

“Se a Mesa diretora do Senado encaminhar ao Conselho de Ética a representação do PSOL contra Gim Argello, vamos investigá-lo”, afirmou Demostenes Torres (DEM-GO), membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Os membros da Mesa do Senado terão de decidir se o conselho tem ou não competência para julgar o senador Gim Argello (PTB-DF) por atos praticados antes da posse.

Demostenes espera que Mesa diretora delibere sobre o assunto ainda hoje, e que o Conselho de Ética se reúna no mesmo dia para avaliar a decisão.

Gim tomou posse no dia 17

## Almeida Lima considera oportuno aguardar resultado da perícia da PF

Na avaliação de Almeida Lima (PMDB-SE), um dos relatores no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do processo contra Renan Calheiros, o colegiado deve ficar em compasso de espera aguardando o resultado da perícia que a Polícia Federal está fazendo nos documentos entregues pelo presidente do Senado em sua defesa no conselho.

Almeida Lima disse que o Conselho de Ética não se reuniu durante o recesso parlamentar e que não recebeu nenhum telefonema do presidente do conselho, Leomar Quintanilha, ou dos demais relatores, Renato Casagrande e Marisa Serrano, convocando-o para alguma reunião.

Almeida Lima salientou que na mais recente reunião do conselho foi aprovada a ida de técnicos do Senado a Alagoas para recolher documentos, mas disse não ter



Almeida Lima afirma que o Conselho de Ética não tem ainda nova reunião marcada

informações sobre o trabalho realizado. Ele também declarou que, durante o recesso, não acompanhou o trabalho da Polícia Federal.

O relator afirmou ainda que o conselho, antes de o Congresso entrar em recesso, não deliberou, formalmente, sobre a participação da Receita Federal em nenhuma providência a ser tomada pelo colegiado.

## “É fundamental ouvir depoimento de Renan”, diz Marisa Serrano

Marisa Serrano (PSDB-MS), um dos relatores do processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Renan Calheiros no Conselho de Ética, disse considerar fundamental que o presidente do Senado seja ouvido pelo colegiado.

Na opinião da senadora, o depoimento de Renan deve ocorrer assim que for finalizada a perícia que a Polícia Federal realiza em documentos entregues por ele ao conselho. Esses documentos são relativos à comercialização de gado de propriedade de Renan e comprovariam que o senador tem renda suficiente para bancar com recursos próprios a pensão paga à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

– Precisamos dar a ele a oportunidade de se defender, de confirmar ou não as conclusões da PF. Pelo menos o convite será feito – disse.

Segundo Marisa, o trio de relatores, composto por ela e por Renato Casagrande (PSB-ES) e Almeida Lima (PMDB-SE), deverá se reunir hoje com o presidente do conselho, Leomar Quintanilha, para verificar se todos os documentos solicitados pela Polícia Federal para a conclusão da perícia foram entregues pelos órgãos competentes.

### Gravações

Marisa acrescentou que irá propor a audição, ainda nesta semana, da gravação do depoimento



Marisa: Renan deve ter oportunidade de falar sobre as conclusões da PF

de Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior. De acordo com a senadora, novas questões foram enviadas a Gontijo e ele, em resposta, afirmou que apenas confirmava o que já havia dito.

O colegiado também não recebeu, conforme a senadora, nenhuma resposta às questões complementares enviadas a Mônica Veloso. Por isso, Marisa disse que os relatores e o presidente deverão analisar ainda o depoimento prestado pelo advogado da jornalista, Pedro Calmon Mendes, sem descartar a possibilidade de se convocar a própria Mônica.

A senadora disse também considerar pertinente, neste momento, a análise dos seis CDs entregues por Calmon Mendes ao Conselho de Ética no final de junho. De acordo com o advogado, o material contém a gravação de conversas de sua cliente com Renan e com Gontijo.

## Comissão discute novas regras para assistência judiciária

Das 13 proposições em pauta na reunião de amanhã da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), três tratam de assistência judiciária internacional em matéria penal. Uma delas é o projeto de lei do Senado (PLS 326/07), apresentado por Pedro Simon (PMDB-RS), que regulamenta esse auxílio jurídico nas etapas de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, além de estabelecer mecanismo de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

Na justificativa do projeto, Simon observa que a proposta já havia sido apresentada, em 2005, pelo então senador Antero Paes de Barros. O peemedebista decidiu resgatá-la por ver esse conjunto de medidas como um "inegável avanço no combate à impunidade e à corrupção".

Com a edição dessa lei brasileira de cooperação judiciária internacional, o país ficará desobrigado de simplesmente executar uma decisão proferida pela Justiça estrangeira. Por meio de um compromisso de reciprocidade entre os países, as autoridades brasileiras passarão a requerer ao juiz nacional – a quem caberá decidir a questão – medidas de interesse do Estado estrangeiro. A matéria tem parecer favorável do relator, Romeu Tuma (DEM-SP), e será votada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A CRE deve examinar ainda dois projetos de decreto legislativo (PDLs 113 e 114, de 2007) sobre o assunto. O primeiro aprova o texto de acordo entre os governos do Brasil e de Angola sobre auxílio jurídico mútuo em matéria penal e o segundo aprova o texto de tratado semelhante entre Brasil e Suriname.

## A água vale ouro



Use uma bacia para lavar louça



Não deixe a torneira pingando



Elimine os vazamentos

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável

Para relator, informações bancárias, telefônicas e fiscais são necessárias para investigar supostas irregularidades cometidas por funcionários da Infraero em concessões a empresas



Ao aprofundar investigação, relator da CPI, senador Demostenes Torres, questiona ações de funcionários da Infraero

## CPI do Apagão Aéreo analisa pedidos de quebra de sigilo

Nove requerimentos do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), serão votados pela CPI do Apagão Aéreo em sua primeira reunião após o recesso, marcada para hoje, às 17h. Do total, seis pedem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal, a partir de 1º de janeiro de 2003, de Fernando Brendaglia de Almeida, Márcia Gonçalves Chaves, Mariângela Russo, Michel Farah, Ettore Ferdinando Casoria e da empresa FS3 Comunicação e Sistema Ltda.

A FS3 Comunicação e Sistema foi contratada em 2003 para fornecer o software de gerenciamento publicitário em aeroportos. Fernando Brendaglia, Márcia Gonçalves, Mariângela Russo são funcionários da Infraero investigados por supostas irregularidades na contratação da FS3, e Michel Farah e Ettore Casoria são donos da empresa.

A CPI também deverá votar requerimentos em que Demostenes pede à Infraero cópias do

processo de cessão de áreas sub judice da Transbrasil e cópias das faturas emitidas contra a empresa Aeromídia Publicidade no período de 1º de outubro de 2006 a 28 de fevereiro de 2007. O relator solicita ainda à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos cópias dos pedidos de inserção e veiculação e suas respectivas faturas, emitidos pela Agência de Publicidade Giovanni, FCB S/A entre 1º de outubro de 2006 e 28 de fevereiro de 2007.

## Demostenes avalia como positiva visita de ministro

Demostenes Torres, relator da CPI do Apagão Aéreo, considerou que a visita feita pelo novo ministro da Defesa, Nelson Jobim, à pista do Aeroporto de Congonhas (SP) "representa muito do ponto de vista simbólico". Lá, no último dia 17, um acidente aéreo vitimou cerca de 200 pessoas.

– A visita mostra que, daqui para frente, vai ser outra coisa.

Jobim já demonstra mais autoridade, discernimento e conteúdo – disse à Agência Senado.

Já as medidas anunciadas pelo governo "permanecem na órbita das intenções", pois, na opinião do senador, nada teria sido feito, quanto à organização do setor aéreo, rumo a uma definição mais clara dos papéis da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)

e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Em relação aos investimentos no setor, Demostenes considerou prioritários o redimensionamento dos aparelhos e a construção imediata de novos aeroportos. E voltou a chamar a atenção para a necessidade de resolver os problemas dos controladores de voo.

## Relator faz consulta sobre destituição de Zuanazzi

A pedido de Demostenes Torres, consultores do Senado vão estabelecer em parecer jurídico se o Senado tem poderes para destituir Milton Zuanazzi do cargo de presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) caso seja comprovado que a agência concedeu linhas em excesso às companhias aéreas para operação no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

– Se isso aconteceu, foi uma

concessão criminosa – assinou o relator da CPI do Apagão Aéreo.

Pela Constituição, somente o presidente da República tem o poder de indicar e destituir do cargo os diretores das agências reguladoras, mas Demostenes espera que haja alguma brecha na legislação que permita interferência do Senado, já que cabe à Casa aprovar a indicação do Executivo.

– Se não houver outra legislação que nos permita agir, vamos procurar avançar nos projetos que estão tramitando na Casa a esse respeito – declarou o parlamentar.

Demostenes disse ainda que, no recesso parlamentar, continuou acompanhando as investigações relativas ao apagão aéreo, pois o delegado federal Renato Sayão o mantinha informado a cada duas horas.



Garibaldi Alves Filho quer bingos como uma modalidade de serviço público

## Projeto de Garibaldi legaliza jogos de bingo no país

Ex-relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quer regulamentar a exploração dos jogos de bingo no país e apresentou projeto (PLS 359/07) que aguarda parecer de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Além de gerar empregos, Garibaldi acredita que a regulamentação inibirá a parceria entre casas de bingo e práticas criminosas.

Pelo projeto, o jogo de bingo será explorado como modalidade de serviço público dos estados e do Distrito Federal. Cada governo designará órgão competente para explorar o jogo ou autorizar empresas a fazê-lo. Será permitida apenas a exploração do chamado bingo convencional e do bingo eletrônico em casas especializadas, ficando proibida a exploração do bingo eletrônico em locais como bares, comércios e padarias.

A mesma empresa não poderá ter mais do que uma autorização – que deverá ser requerida ao órgão indicado pelo governo estadual – e será obrigada a contratar serviços de auditoria para emitir relatórios mensais sobre os sorteios e a prestação de contas. Os recursos arrecadados em cada sorteio dos bingos convencionais serão repartidos da seguinte forma: 55% para a premiação; 25% para as despesas do estabelecimento; 18% para a construção e manutenção de presídios e para o aparelhamento dos órgãos de segurança pública e 2% para o órgão do governo que fiscalizará as atividades dos estabelecimentos. Já o bingo eletrônico distribuirá 65% para a premiação; 15% para o estabelecimento; 18% para a segurança pública e 2% para o órgão fiscalizador.

O projeto determina ainda penalidades aos que explorarem bingos sem a devida autorização.

Segundo senador, município de Mato Grosso destaca-se pela força da agroindústria e possui boa infra-estrutura para escoamento da produção, com aeroporto, hidrovia e porto fluvial

## Jayme Campos quer Barra do Garças como pólo de exportação

O senador Jayme Campos (DEM-MT) propôs a criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Barra do Garças, em Mato Grosso.

Ao lado de Cáceres, Barra do Garças seria a segunda localidade do estado a contar com os benefícios previstos na Lei 11.508/07, sancionada em 20 de julho último pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (leia matéria abaixo).

As empresas instaladas nas zonas de processamento têm isenção de impostos sobre a produção que for destinada ao mercado externo.

De acordo com Jayme Campos, a instalação de uma ZPE em Barra do Garças beneficiaria todo o leste de Mato Grosso



ZPE atrairia indústrias e geraria emprego no leste de Mato Grosso, diz Campos

– o município é pólo agroindustrial da região, que compreende os territórios limítrofes do rio Araguaia. O senador argumenta ainda que o maior aeroporto da região está localizado na cidade,

que conta também com um porto fluvial e fácil acesso à hidrovia Araguaia-Tocantins, o que facilita o escoamento da produção.

“A ZPE atrairia novos investimentos para a industrialização de produtos da pecuária, gerando com isso novas oportunidades de emprego para a população. Além disso, poderia atrair indústrias como as de ração animal e de defensivos agrícolas, pois o município vem tentando diversificar sua economia a partir do cultivo de grãos, hortifrutigranjeiros e criação de aves”, justifica o parlamentar.

A matéria será analisada nas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, onde receberá parecer em decisão terminativa.

## Lei que deverá impulsionar ZPEs é sancionada com vetos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 20 de julho, com vetos, a Lei 11.508/07, que regulamenta as zonas de processamento de exportação (ZPEs). Criadas em 1988, essas zonas concedem às empresas isenção de impostos desde que a produção seja destinada ao mercado externo.

Os vetos foram negociados entre os senadores e o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Os vetos serão corrigidos por uma medida provisória que deverá incluir os principais pontos da regulamentação detalhada sobre a instalação e o funcionamento das ZPEs, conforme explicou o senador José Sarney (PMDB-AP),

defensor do projeto desde que foi presidente da República.

– O importante é que o princípio das ZPEs está consagrado e elas vão sair do papel – disse.

A lei, originária de projeto de lei apresentado há 11 anos pelo ex-senador Joel de Hollanda, mantém nas mãos do Executivo a possibilidade de criação de ZPEs, por recomendação do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, criado em 1988 mas só agora regulamentado.

O Brasil tem hoje 17 ZPEs, criadas entre 1988 e 1994, mas elas nunca funcionaram por falta de definição do sistema tributário a ser aplicado nessas áreas. A



“Elas vão sair do papel”, comemora José Sarney, um dos entusiastas da proposta

legislação prevê que tais empresas terão isenção do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e de PIS-Pasep.

A lei estabelece ainda isenção do Imposto de Renda sobre lucros obtidos durante os cinco primeiros anos de funcionamento.

## Projeto prevê que Senado analise mudança no Imposto de Importação

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para que qualquer alteração de alíquotas do Imposto de Importação seja submetida à apreciação do Senado, sem prejuízo da sua vigência. De acordo com o PLS 244/07, a falta de manifestação no prazo de 60 dias após a publicação das alíquotas implicará a sua aprovação.

Ao justificar a proposta, relatada pelo senador Sibá Machado (PT-AC), Jefferson Péres afirmou que a máxima segundo a qual não pode haver taxa sem representação está na origem da tradição parlamentar do Ocidente.

Ele argumentou que, no Brasil, o Poder Executivo tem irrestrita liberdade para manipular alíquotas do Imposto de Importação, o que acarreta efeitos indesejáveis de natureza jurídico-política e de ordem econômica.

Segundo Jefferson, “de um lado o Legislativo perde na prática o



Com iniciativa, Jefferson Péres pretende aumentar controle e evitar prejuízos

controle sobre substancial fatia de sua prerrogativa constitucional de tributar”.

Por outro lado, continuou o senador, a manipulação tarifária por decreto executivo, sem a oportunidade de amadurecimento deliberativo que somente a prática parlamentar permite, não raro traduz-se em prejuízos para amplos setores do empresariado e dos trabalhadores, “privados de acesso a mecanismos de lobby para elevar ou diminuir alíquotas do Imposto de Importação”.

## Regras para sustar cheques podem ficar mais rígidas

Qualquer correntista que de- sejar sustar um cheque deverá possuir em conta corrente saldo suficiente para cobrir o respectivo pagamento.

É o que determina projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) incluído na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto (PLS 371/07), o correntista somente poderá solicitar a sustação em caso de furto devidamente comprovado do cheque.

Se aprovada pela CAE, a proposta seguirá para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será votada em decisão terminativa.

Para Camata, a iniciativa, que



Gerson Camata propôs condições para que procedimento não seja usado com má-fé

altera a chamada Lei do Cheque (7.317/85), tem por meta acabar com freqüentes golpes praticados por correntistas de má-fé que sustentam cheques emitidos sem provisão de fundos, “causando graves prejuízos a todos, em particular ao comércio”.

## César Borges propõe incentivo fiscal para quem custear educação de terceiros

As comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE) devem analisar neste semestre projeto de lei (PLS 150/07) do senador César Borges (DEM-BA) que permite a dedução do Imposto de Renda Pessoa Física de despesas educacionais com terceiros.

O projeto acrescenta ao artigo 8º da Lei 9.250/95 o parágrafo 4º, para determinar que também po-

derão ser descontadas, no cálculo do valor devido do imposto, pagamentos com despesas relativas à instrução de terceiros necessitados, até o limite de três.

A legislação vigente só permite a dedução de despesas educacionais do próprio contribuinte e de seus dependentes. De acordo com o projeto, para as despesas a serem deduzidas deverá ser observado o limite individual es-

tabelecido para dependentes (R\$ 1.516,32).

Na justificativa da proposta, o senador explica que seu objetivo é permitir ao contribuinte que adote, exclusivamente para fins educacionais, até três dependentes além dos seus próprios.

“O projeto ora colocado à discussão visa estimular a solidariedade no amparo de pessoas que não dispõem de condições para

custear sua própria educação ou de seus dependentes, por absoluta incapacidade econômica”, explica o parlamentar.

Na CAE, a matéria, que tem como relatora a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), será votada em decisão terminativa – ou seja, sem a necessidade de ir ao Plenário do Senado, a não ser que seja apresentado recurso apoiado por 10% dos senadores.



Projeto de César Borges prevê dedução de despesas no cálculo do Imposto de Renda

A ampliação de direitos sociais e o aumento de isenções para carentes orientaram a apresentação de novos projetos de lei pelos senadores



JFreitas

Novo cálculo do mínimo seria discutido apenas na Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por Aloizio Mercadante

## CAS cobra participação em debates sobre fórmula do mínimo

As propostas de valorização do salário mínimo contidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também devem ser debatidas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), defendem os senadores que integram o colegiado. A previsão é que a discussão seja centralizada, já a partir deste mês, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A idéia de levar a discussão também para a CAS partiu do senador Paulo Paim (PT-RS), segundo o qual a comissão não poderia ficar de fora dos debates porque, observou, o salário míni-

mo é uma questão social. As discussões sobre as políticas de valorização do mínimo, portanto, estariam entre as atribuições da comissão.

A solicitação para que a CAS também examine as novas políticas de valorização do salário mínimo – que contou com a aprovação unânime de seus membros – já se encontra na Mesa do Senado, aguardando deliberação.

### Nova fórmula de correção

O PAC, lançado em janeiro deste ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, consiste basicamente em um plano de in-

vestimento em infra-estrutura ao longo dos próximos quatro anos, no valor de R\$ 504 bilhões.

O programa estabelece uma nova fórmula de reajuste do salário mínimo. O objetivo do governo é que a iniciativa permita uma valorização progressiva do mínimo. Pela proposta da área econômica, os proventos serão corrigidos com base na variação da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do ano anterior, mais a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) dos dois anos anteriores.

## Efraim sugere isenção gradual do IR por idade

Os aposentados acima de 66 anos podem vir a ser progressivamente isentos do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), de acordo com projeto apresentado pelo senador Efraim Morais (DEM-PB). Pela proposta, aos 66 anos, a dispensa dos encargos será de 20% sobre os rendimentos. Quando o aposentado completar 67 anos, a isenção será de 40%, e assim gradativamente, até 70 anos, quando o benefício será integral.

A proposta (PLS 421/07) tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, conforme seu autor, tem como objetivo aperfeiçoar a política oficial, proporcionando ao contribuinte idoso a desoneração total de seus proventos a partir dos 70 anos.

Efraim afirma que o sistema

previdenciário brasileiro é caracterizado por um modelo cujo limite máximo de benefício é bastante reduzido. Assim, caberia ao próprio segurado prover os meios de complementação do benefício mínimo, seja pelo pagamento de um sistema complementar aberto ou fechado, seja pela formação de poupança privada.

No entanto, no entendimento do senador, poupar para a velhice, num contexto de baixa renda per capita, como se verifica no Brasil, exige extraordinário espírito de renúncia e de sacrifício ao longo de toda a vida laboral. Por isso, avalia Efraim, para a maioria da população, é praticamente impossível abster-se do consumo normal e poupar para a velhice.

Segundo a legislação vigente sobre o Imposto de Renda (Lei

7.713/88), a isenção para os contribuintes com 65 anos é calculada com base nas mesmas tabelas progressivas mensais, previstas em lei, utilizadas no desconto dos trabalhadores da ativa.

“As tabelas dos planos de saúde, escalonadas por idade, refletem exatamente as estatísticas e os custos de manutenção da saúde para os indivíduos que alcançam a terceira idade. Nessa faixa de idade, as prestações são altíssimas e, na prática, proibitivas para a maioria da população. Essa estrutura de tabela estratificada por idade é reconhecida e chancelada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. O próprio governo reconhece, dessa forma, o alto custo de tratamento de saúde para os idosos”, argumenta ainda o parlamentar.

## Azeredo quer ampliar em casos especiais a licença-maternidade

Os 120 dias de licença-maternidade devem ser aumentados em mais 60 dias, nos casos de nascimento múltiplo, prematuro ou de criança portadora de doença ou malformação grave, que demande maior atenção que a normalmente dispensada ao recém-nascido, propõe o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). As despesas serão custeadas pelo orçamento da seguridade social.

Alguns países, como Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca e Espanha, já reconhecem a necessidade dessas regras especiais. O PLS 300/07 terá



RosaVeitinho

Azeredo cita muitos países que já admitem prazo maior de licença

decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais sobre parecer da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

## Colombo propõe extinção da multa rescisória paga em demissões

Tramita na Comissão de Assuntos Econômicos projeto que elimina o adicional da multa rescisória paga pelos empregadores nos casos de despedida de empregados sem justa causa. Atualmente, o empregador deve pagar 10% sobre o montante de todos os depósitos devidos referentes ao FGTS durante a vigência do contrato de trabalho. O projeto (PLS 373/07, complementar) de Raimundo Colombo (DEM-SC) aguarda designação de relator.

Para o senador, os trabalhadores são os mais prejudicados, uma vez que a norma promove desemprego e informalidade no mercado de trabalho. “Na verda-



RosaVeitinho

Para Raimundo Colombo, trabalhadores são os que mais perdem com a multa

de, tal adicional deveria ter sido provisório, já em sua origem, como ocorreu com o aumento da alíquota de contribuição ao FGTS”, afirma.

## Projeto de Serys libera mais pobres das taxas em concursos

Nos concursos públicos federais, os candidatos com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo serão dispensados do pagamento das taxas de inscrição, determina projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para obter o benefício, a proposta (PLS 295/07) estabelece que o cidadão deverá comprovar a renda bruta dos componentes do grupo familiar. O total será dividido pelo número de membros. Além de mãe, pai, madrasta, padrasto, cônjuge, companheiro,



RosaVeitinho

Serys acredita que medida torna mais justo o acesso aos concursos

filhos, enteados, irmãos e avós, serão também considerados casais do mesmo sexo que comprovarem união estável.

Projeto de lei do senador determina que dirigente terá que aguardar 12 meses antes de assumir cargo em empresa fiscalizada ou regulada pela agência da qual se desligou

## Sibá Machado quer quarentena para ex-diretores das agências

Um período de quarentena de 12 meses após deixar o cargo é o que determina o projeto do senador Sibá Machado (PT-AC) para os diretores das agências federais de regulação e fiscalização de serviço público. O Projeto de Lei do Senado 258/07, que está aguardando a designação de relator, será votado de forma terminativa (não precisará passar pelo Plenário) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O ex-diretor da agência reguladora ficará impedido de ocupar qualquer cargo em empresa sob

regulamentação ou fiscalização da entidade à qual prestou serviços. Ele também não poderá prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a empresas sob fiscalização da agência na qual atuou. Por outro lado, o ex-diretor permanecerá recebendo remuneração do cargo durante um ano.

– Os agentes públicos que, em razão do exercício de determinada função, têm acesso a informações privilegiadas devem manter-se afastados das entidades privadas que podem ser beneficiadas por essas informações – justifica Sibá.



Depois de passar pela CCJ, projeto de Sibá Machado deve seguir para a Câmara

## Proposta veda aposentadoria a parlamentar cassado

Já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando a designação de relator, projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) determinando que o parlamentar que perder o mandato por práticas ilícitas com dinheiro público não terá mais direito à aposentadoria estabelecida no Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC).

O projeto (PLS 113/07) acrescenta artigos à Lei 9.506/97, que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e criou um novo plano de seguridade para senadores e deputados federais. A proposta nega também a aposentadoria ao parlamentar que renunciar



Expedito Júnior pretende punir quem perder o mandato por corrupção

ao cargo em virtude de processo por desvio de dinheiro público.

A proposta determina ainda que será cassada a aposentadoria do ex-parlamentar que venha a ser

condenado, definitivamente, por ato ou omissão lesivos ao erário cometidos durante o mandato. Se aprovado pela CCJ, o projeto segue para análise da Câmara, caso não haja pedido de algum senador para que seja apreciado pelo Plenário do Senado.

A proposição de Expedito Júnior já foi acolhida no início de julho, por unanimidade, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na ocasião, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) disse que a aprovação do projeto irá representar “mais um fator positivo de recuperação da imagem do Poder Legislativo junto à sociedade”.

## Simon propõe ampliação de punições para menores infratores

Está em exame, em caráter terminativo, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) o projeto que amplia os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação para adolescentes infratores. A proposta, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90.

Conforme o projeto (PLS 118/07), os serviços à comunidade devem estar de acordo com a aptidão do adolescente e serem cumpridos em jornada máxima de 12 horas semanais, e sem prejudicar a frequência à escola ou ao trabalho. Pelo estatuto hoje em vigor, a jornada máxima é de 8 horas.

Os serviços comunitários consistem em realizar tarefas gratuitas em entidades assistenciais, hospitais, escritórios e outros estabelecimentos similares públicos ou privados, sendo que os últimos devem estar cadastrados nos juizados de Infância e da Juventude e em programas comunitários ou governamentais.

Na justificativa da proposta, Simon argumenta ainda que é mais barato para o Estado resolver o problema da delinquência infanto-juvenil pela educação. Para provar sua tese, ele citou o Instituto Dom Barreto, escola do Piauí que obteve os melhores resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Nessa escola, o custo mensal por aluno é de R\$ 450. Por outro lado, o



Pedro Simon sugere alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente

custo médio mensal de um policial é de R\$ 1.800 e o de um presidiário é de R\$ 2.000.

O período máximo de internação previsto no projeto é de seis anos para prática de crime hediondo e de três anos nos demais casos, mesmo que o menor atinja a maioridade. Pelo estatuto atual, a internação não pode ser superior a três anos.

## Suplicy defende prazo para julgamento de autoridade

Do mesmo modo que as Casas do Congresso têm suas deliberações bloqueadas na hipótese de não apreciação de medidas provisórias em até 45 dias, contados de sua publicação, o processamento de todas as ações no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF) poderá ficar paralisado caso essas cortes não consigam julgar em 180 dias as ações penais contra agentes públicos de elevada graduação, como o presidente da República, ministros e parlamentares.

Esse é o teor do projeto de lei (PLS 281/07) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que altera a Lei 5.869/73 – Código de Processo Civil – para fixar prazo de julgamento das ações penais de competência originária do STF e do STJ, nos casos de réu com foro especial. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Na justificativa de sua proposta, Suplicy diz-se contrário à existência de foro privilegiado para o julgamento de altas autoridades. Ele observa, contudo,



Proposta de Suplicy prevê limite de 180 dias para julgamentos no STF e STJ

que o expediente é adotado em vários países com a finalidade de preservar as autoridades públicas mais eminentes, impedindo, por exemplo, que um presidente da República seja afastado do cargo por qualquer juiz de primeira instância ou que um ministro seja processado em um sem-número de varas, tendo que responder em cada uma delas pelo crime que lhe for imputado.

“Se o instituto da prerrogativa de função afigura-se, de fato, justificável, não admira que enfrente resistências perante a opinião pública, precipuamente em razão da demora no julgamento das ações que lhe são relacionadas”, argumenta ele.

## Câmara analisa projeto do Senado que pune servidor acusado de crime

Está tramitando na Câmara o projeto de lei que possibilita a suspensão do titular de cargo, emprego ou função pública durante o processo por crime praticado por funcionário público. A proposta, de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO), foi aprovada no Senado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em abril, e faz parte do conjunto de matérias que o colegiado acolheu para melhorar a segurança pública no país, denominado pacote antiviolência.

A proposta (PLS 138/07) altera o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) e estabelece que, nos crimes praticados por funcionários públicos, a queixa ou a denúncia será instruída com os elementos probatórios suficientes para indicar a existência do delito e a autoria, ou com justificativa acerca da impossibilidade de apresentação de provas. A partir da denúncia ou queixa, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado para que responda, por escrito, em 15 dias.

Determina ainda o projeto que o



Projeto de Demostenes Torres faz parte de pacote de combate à criminalidade

juiz poderá adotar medida cautelar de suspensão do funcionário, sem remuneração, para a garantia do processo. Antes disso, o juiz deverá ouvir, no prazo máximo de 15 dias, testemunhas indicadas pela acusação ou defesa, e decidirá nas 24 horas seguintes.

A suspensão do funcionário poderá perdurar até a decisão final do processo, devendo o servidor público retomar suas funções caso seja absolvido. Já a administração pública fica obrigada a lhe pagar a remuneração a que teria direito no período da suspensão.